

As constituições perdidas de Aristóteles. Fragmentos perdidos das constituições e fragmentos históricos, tradução de António de Castro Caeiro, Ed. Abysmo, Lisboa 2018; 122 pp.; ISBN .978-989-8688-78-1.

A publicação de fontes filosóficas gregas em tradução para português é ainda pouco expressiva, devendo, por isso, ser celebrada a tradução dos fragmentos subsistentes que testemunham um importante conjunto de obras perdidas de Aristóteles, para muitos o mais influente filósofo em toda a história da Filosofia. Mesmo quem não concorde, admitirá talvez que seja o segundo mais influente. É pelo menos indisputável que Aristóteles é o criador da Filosofia e mesmo das ciências como disciplinas e corpo de saber estruturado em campos de problematização (Ética, Política, Metafísica, Física, etc.) e só por isso seria o filósofo mais influente de sempre. Mesmo para aqueles que atribuam a primazia a Platão, o seu mestre durante cerca de 20 anos (de c. 368 a 347 a.C.), não deixa de ser relevante que Aristóteles o criticou com persistência e profundidade, talvez inultrapassada, depois de ter criado a sua própria escola em Atenas (c. 335). Por essas razões, qualquer fragmento de texto atribuído a Aristóteles tem um interesse que não pode ser negligenciado. É o que acontece com este volume que inclui os fragmentos subsistentes de uma grande coleção de *Constituições* de cidades-estado gregas, fossem elas metrópoles ou colónias.

Aristóteles nasceu há 2002 anos, em 384 a. C., em Estagira, e morreu em Cálcis, na vizinha ilha de Eubeia, em 322 a.C. Fundou e dirigiu em Atenas a sua própria escola, o Liceu, entre 335 e 322, ano em que se viu forçado a fugir de Atenas devido ao recrudescimento da opinião antimacedónia, após a morte de Alexandre o Grande. Este fim atribulado pode ter também contribuído para a dispersão da sua obra escrita, que tem ela mesma uma história extraordinária. Já em tempos recentes os eruditos identificaram um grupo de obras que Aristóteles escreveu quando ainda frequentava a Academia platónica, ou que escreveu para o exterior da sua própria escola (daí serem obras exotéricas), as quais se perderam todas ou são apenas conhecidas em fragmentos de extensão variável. Um outro grupo reúne cursos ou textos preparadas para circulação interna na escola (daí serem designadas esotéricas). Essas são as únicas que sobreviveram porque em 84 a.C., cerca de 250 anos após a sua morte, os papiros que as continham foram recuperados e em seguida reorganizados por Andrónico de Rodes. Seguindo uma classificação do saber que o próprio Aristóteles discute em várias das suas obras, deixando

como instrumento de discussão as obras de lógica, dividem-se as ciências em teóricas ou especulativas e em ciências práticas, sendo neste domínio, mais especificamente numa subdivisão, a política, que se incluem as obras perdidas cujos fragmentos são aqui traduzidos. A obra conhecida e transmitida de Aristóteles, o *corpus aristotelicum*, torná-lo-ão o mais influente filósofo de sempre. Durante quase 16 ou 17 séculos a filosofia foi fundamentalmente o comentário da obra de Aristóteles, nas 4 grandes línguas cultas e escritas do ocidente: o grego, o árabe, o latim e o hebraico.

A recuperação erudita do *corpus* ocorre nos séculos XIX e XX após um período de anamnese da obra aristotélica, entre o final do século XVII e o século XIX, que se seguiu ao auge de influência no período medieval e da segunda escolástica, em que essas obras de Aristóteles praticamente constituíram o plano de estudos das universidades europeias, desde a sua fundação no início do século XIII, até às reformas dos estudos e avanços em filosofia da natureza nos séculos XVII e XVIII.

Um intenso trabalho de recuperação da obra dos pensadores da antiguidade ocorre no século XIX pelo labor de filólogos eruditos, sobretudo alemães. O trabalho sobre a obra de Aristóteles tem a sua máxima expressão no movimento de regresso aos manuscritos que está na base da nova fixação e edição do *corpus* pela Academia de Berlin, realizada por Immanuel Bekker em quatro volumes publicados entre 1830 e 1831. Esses volumes oferecem a edição padrão, cuja paginação continua a ser de referência, apesar de para a quase totalidade das obras terem sido entretanto publicadas novas e melhores edições críticas. Publicado o *corpus* transmitido, os filólogos foram reencontrando o rasto das tais obras perdidas de Aristóteles, citadas aqui e ali por comentadores, lexicógrafos, gramáticos, geógrafos, médicos. Desse paciente trabalho resultou a publicação em 1870 do 5º volume da edição da Academia, que incluía uma secção editada por Valentin Rose com o título *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta*: “Fragmentos dos livros que se considera que são de Aristóteles” (pp. 1474-1584, para os 629 fragmentos). Valentin Rose publicaria mais tarde uma edição revista e definitiva dos fragmentos, em volume também intitulado *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta* (Teubneriana, Leipzig 1886, com 680 fragmentos). Esta é a edição usada nesta tradução, informação que falta na Introdução, que deveria incluir também alguma descrição das opções de tradução. É mencionada, mas não usada como texto base, a mais recente e monumental edição de Olof Gigon, *Aristotelis Opera*, Volumen III: *Librorum deperditorum fragmenta* (De Gruyter, Berlin 1987) que apresenta 148 constituições em ordenação alfabética (nas

pp. 580a-722b), embora para muitas delas não haja fragmentos, sendo os subsistentes renumerados de 473 a 722. Como António Caeiro sumariza, na edição Rose há 48 constituições atestadas, mais 17 no fragmento de Heraclides, sendo citadas outras 10 sem qualquer texto conhecido, portanto apenas 78 constituições (cf. p. 13 e n. 30).

A edição Rose colige os fragmentos de obras de Aristóteles de que não subsistiu o texto integral, mas são citadas na literatura grega, árabe ou latina. A edição de Gigon amplia o texto dos fragmentos para os integrar no seu contexto. Como é recordado nas páginas 9-10, no início da introdução, Rose não as considerava “obras perdidas de Aristóteles”, porque simplesmente considerava que não eram de Aristóteles, mas que, por razões diversas, lhe haviam sido atribuídas. A erudição aristotélica atual considera que, com exceções, essas obras perdidas e conhecidas de modo fragmentário e por citações em outros autores, são na sua maioria de Aristóteles ou, pelo menos, compiladas por discípulos para os trabalhos da Escola, como poderá ser o caso das *Constituições*.

Um grupo importante dos fragmentos editados por Rose dizia respeito a uma coleção de *Constituições* mencionadas nos catálogos antigos das obras de Aristóteles. Pouco depois da sua primeira edição dos fragmentos ocorreu a redescoberta mais ou menos fortuita de uma única das obras perdidas de Aristóteles não incluída na edição de Andrónico de Rodes: a *Constituição dos Atenienses*.

A *Constituição dos Atenienses* (Ἀθηναίων πολιτεία, *Athēnaion politeia*) foi redescoberta em dois testemunhos, primeiro em 1879 num fragmento de papiro de Oxyrhinchus (Berlin, Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, papyrus 5009, <http://berlpap.smb.museum/01577/> publicado em 1880) e em outro mais extenso em 4 rolos de papiro comprados no Egipto em 1890, depois adquiridos para o Museu Britânico (agora Londres, British Library, papyrus 131 http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Papyrus_131) e pela primeira vez publicados em 1891. Esta versão contém o texto quase integral, a que parece faltar apenas o início. A descoberta desta *Constituição* permitiu confirmar, embora de forma parcial e para uma única obra, a existência do grupo de constituições até aí conhecidas apenas através da tradição indireta. Neste volume inclui-se então a tradução dos fragmentos das *Constituições* e de outros fragmentos associados.

O Professor António Castro Caeiro tem dedicado à tradução dos fragmentos de Aristóteles um aturado e persistente trabalho. Em 2014 publicou nas *Obras Completas de Aristóteles* (série em curso de publicação na Imprensa Nacional

sob a direção de António P. Mesquita) o volume *Fragments dos diálogos e obras exortativas*, onde estão recolhidos todos os textos subsistentes das que comprovadamente são as obras filosóficas mais antigas de Aristóteles, em geral escritas quando ainda frequentaria a Academia de Platão ou logo após a sua saída e que, por isso, são de primordial importância para o conhecimento da formação e evolução do seu pensamento. Essa não foi a primeira tradução de Aristóteles que publicou, pois em 2004 publicara na Quetzal a primeira tradução em Portugal da grandiosa *Ética a Nicómaco*, reeditada em 2009 e com reimpressões sucessivas. Além dessas, publicou em tradução do grego as *Odes píticas para os vencedores* de Píndaro, em 2006 na Prime books, e as *Odes Olímpicas*, também de Píndaro, em 2017 na Abysmo. Em 2014 publicou na Aletheia São Paulo: *apocalipse e conversão*, onde propõe uma interpretação filosófica das epístolas gregas de São Paulo. Antes de passarmos ao volume em análise, anote-se ainda sobre o tradutor que é doutor em Filosofia Antiga com a tese *A Areté como possibilidade extrema do Humano, fenomenologia da práxis em Platão e Aristóteles* (1998, publicada pela Imprensa Nacional em 2002), definida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é professor de Filosofia Antiga e de Filosofia Contemporânea.

O volume que agora publica inclui dois conjuntos de textos: 1) Os fragmentos sobre *As constituições de cidades estado*, fragmentos Rose 472-603 (pp. 19-725); 2) as constituições de Aristóteles nas *Constituições de Heraclides*, fragmento Rose 611 (pp. 79-92), outros textos correlatos, como o *Das disposições legais*, fragmentos Rose 612-614 (pp. 92-93) e os *Usos e costumes dos povos bárbaros*, fragmentos Rose 604-610 (pp. 93-96). Assim, embora com diferente ordenação, são publicados os fragmentos Rose 472-614. Por opção não foram traduzidos os fragmentos Rose 381-471, a *Constituição dos Atenenses*, porque têm edição na única das 158 constituições conhecida quase na íntegra e que tem publicação independente. Com a *Poética*, a *Constituição dos atenienses* é provavelmente a obra de Aristóteles com mais traduções em Portugal, por Nuno Machado Cruz em 1941, Antonino de Sousa e Flausino Torres em 1946, Delfim Leão em 2003. Acrescenta o tradutor que também não incluiu o frag. 184, de *Os económicos*, obra também já publicado na mesma coleção das Obras de Aristóteles na Imprensa Nacional em 2004, com tradução de Delfim Leão (o frag. 184 é a tradução latina do livro III de *Os económicos*, apenas conhecido através desta tradução). António Caeiro assumiu a judiciosa decisão de publicar a totalidade dos fragmentos das *Constituições* e não apenas uma seleção, como o fizeram Ross ou Barnes para as traduções das obras completas de Aristóteles em inglês, ou Pellegrin que as ignorou na tradução francesa das obras completas de

Aristóteles (Flammarion, Paris 2014).

Quanto ao conteúdo note-se que há uma imprecisão a pp. 11-12, onde se afirma que o volume também inclui a tradução de *As vitórias píticas* (frag. 615-617), *Acerca de ensinamento para a encenação de Tragédias* (frag. 618-630), e *Acerca da existência comum entre marido e mulher* (frag. 184). De facto no parágrafo seguinte é afirmado que as duas primeiras destas obras serão incluídas em volume a publicar proximamente com a tradução dos fragmentos sobre estética.

Dada a dimensão e complexidade da transmissão do *corpus aristotelicum*, os catálogos antigos das obras de Aristóteles são de primordial importância para identificar as obras genuínas e aferir das obras perdidas, as que não foram integradas na edição antiga de Andrónico de Rodes. Servem também como guia para as citações e atribuições que se encontram em autores antigos. Por essa razão, Valentin Rose começa justamente o volume de edição dos fragmentos (cf. ed. de 1870, pp. 1463-1473; ed. de 1886, pp. 3-22) com a publicação de três dos mais importantes catálogos antigos das obras de Aristóteles, cujas traduções foram com grande oportunidade incluídas por António Caeiro em apêndice a este volume: o de Diógenes Laércio (pp. 99-101), o de Hesíquio de Alexandria (pp. 102-104) e o de Ptolomeu o filósofo (pp. 105-106).

Esses catálogos ajudam a desembaraçar algumas das complexidades da reconstituição da compilação destas obras perdidas, também para o caso das *Constituições*. Diógenes Laércio (*Vidas dos filósofos ilustres*, VII.5.27; nº 143) menciona as «Constituições de 158 cidades estado em geral e em particular, as democráticas, oligárquicas, aristocráticas e tirânicas» (p. 101). Hesíquio de Alexandria, no número 131 do seu catálogo menciona as «Constituições de 158 Cidades Democráticas, Oligárquicas, Aristocráticas e Tirânicas» (p. 103), o que mostra que para os dois autores deve existir uma fonte comum, ou esse poderia ser mesmo o título com o qual a obra circulou. Ptolomeu, o filósofo, é mais lacónico e no número 81 menciona apenas «Constituições, 161 livros» (p. 105). Já a *Vida de Aristóteles*, menciona 250 constituições, número que vários comentadores antigos retomam (cf. p. 12, n. 26). Desde as fontes antigas há, portanto, alguma incerteza quanto ao número total de *Constituições* recolhidas: 158, 161, 250. Os fragmentos atestam 48 constituições, mais 17 são citadas no excerto de Heraclides e Rose adiciona outras 10 sem excertos que lhes correspondam, todas enumeradas em nota da Introdução (cf. p. 13 e nota 30).

Alguns autores, entre eles Rose, consideram que estas *Constituições* não teriam sido escritas ou compiladas por Aristóteles, mas pelos seus discípulos.

O certo é que desde a Antiguidade circularam como de Aristóteles, pois nestes fragmentos, de diferentes autores, o seu nome é referido de modo recorrente: «Aristóteles afirma na Constituição dos Eginetas» (frag. 472), «Que os Léleges eram nómadas (...) revelam-no as constituições de Aristóteles» (frag. 473), «Na Constituição dos Acanartes, Aristóteles afirma» (frag. 474), apenas para citar os três primeiros excertos. As mesmas fórmulas repetem-se, o que não deixa margem para dúvidas sobre a atribuição autoral pelos escritores antigos, apesar daqueles que também duvidam da autoria aristotélica e que Rose aduz (cf. ed. 1886, pp. 258-260). Dada a quantidade e a vastidão geográfica coberta, a recolha deve ter envolvido discípulos, provavelmente para servir como suporte documental e material de discussão, de que Aristóteles beneficiou para a obra com o mesmo título, *Politeia*, a *Política*, em cujos livros IV a VI reflete sobre as diferentes formas de governo da cidade e suas modificações. Esses livros apoiam-se num preciso conhecimento das diferentes práticas e formas políticas existentes nas cidades gregas. Se as *Constituições* foram recolhidas para preparar esta parte da *Política*, obra que na sua versão final deve datar de 330-323, então deveriam ser também do período final da obra de Aristóteles, se deixarmos de lado teses mais radicais como as que atribuem o texto das obras atribuídas a Aristóteles a uma reorganização profunda realizada pelo seu companheiro e discípulo Teofrasto entre 320 e 300.

Na *Política*, Aristóteles considera que a πολιτεία, constituição, ou administração da cidade, ou regime de governo, como preferem os tradutores a seguir citados, «resulta de um certo modo de ordenar os habitantes da cidade» (Aristóteles, *Política*, III.1, 1274b35; trad. A. C. Amaral – C.C. Gomes, Ed. Vega, Lisboa 1998, p. 185). O título dado à recolha em análise é Πολιτεῖαι, *Politeiai*, sendo traduzido por *Constituições* (e não Política ou Políticas), ao contrário do título da obra de Aristóteles Πολιτικά, *Politiká*, traduzido por *Política*, mas que deveria ser *Políticas*, no plural. Já Πολιτεία, *Politeia*, que titula a obra de Platão, foi no Renascimento traduzida para latim como *Res Publica* e, por isso, a conhecemos como *República*. Os múltiplos sentidos da palavra justificam as três formas principais com que foi vertida para latim; o simples decalque em latim deu *Politica*, *Política*, como na tradução do título da obra de Aristóteles para latim no século XIII, a tradução por homonímia deu *Res publica*, *República*, como na tradução do título da obra de Platão para latim; e deu ainda *Constitutiones*, *Constituições*, como na tradução do título destas obras.

Conhecer um vasto conjunto de obras (ou uma obra vasta) apenas por fragmentos acarreta as suas dificuldades. O conhecimento de um autor ou

de uma obra por fragmentos suscita múltiplos problemas de interpretação, mas também de ordenação e de reconstituição. Recordemos que também a filosofia pré-platónica é conhecida exclusivamente por fragmentos e testemunhos indiretos (para uma edição recente ver A. Laks & G.M. Most, eds., *Early Greek Philosophy*, 9 vol., Loeb Classical Library, Harvard 2016), o mesmo acontecendo para a maioria das escolas filosóficas helénicas, cétricos, epicuristas e estóicos. Desse extenso período da formação da filosofia, apenas são conhecidas na íntegra obras de Platão e de Aristóteles. Por essas razões, os helenistas têm-se debruçado amplamente sobre as questões metodológicas suscitadas pela recolha e interpretação de fragmentos (cf. G.W. Most, ed., *Collecting Fragments. Fragmente Sammeln*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen 1997, em particular as reflexões de A.C. Dionisotti, «On fragments in classical scholarship», pp. 1-33, e de F. Montanari, «The fragments of hellenistic scholarship», ibidem, pp. 237-272). Os mesmos problemas podem ser colocados a propósito destes fragmentos.

A *Constituição dos Atenieneses*, por ser conhecida (quase) na íntegra, oferece uma chave de leitura para as que são conhecidas apenas por breves fragmentos. O mesmo género de informação deveria estar recolhida em todas as outras 157 constituições, que os fragmentos não nos permitem conhecer de modo detalhado. A sua estrutura é organizada e tem um estilo claro, ao contrário de quase todas as outras obras conhecidas de Aristóteles, muito técnicas e muitas vezes sem uma estrutura planificada, mais uma agregação factícia de materiais dispersos, até com repetições. Teriam sido, portanto, preparadas com cuidado ou para difusão fora da escola, o que explica também a grande diversidade de autores que as citam e a partir das quais Valentin Rose compilou os fragmentos.

Numa parte dos fragmentos, Aristóteles é citado de forma indireta, alusiva ou glosada. Para um dos poucos casos de citação direta ver o frag. 549, sobre a constituição dos Massaliotas. Nestas citações o que subsistiu foi filtrado pelos interesses dos autores que citam, e são interesses muito diversificados, geralmente centrados em vocábulos, objetos, provérbios, datas, feitos de deuses, origem de povos, acidentes geográficos, guerras, fundação de cidades, instituições das cidades, o recurso a oráculos para o governo da cidade, casamento e família, rituais, personagens históricas ou míticas, acontecimentos, hábitos sociais, costumes, vidas de cidadãos ilustres, injustiças célebres, inimizades ou alianças entre povos, afinal tudo o que faz uma cidade e as suas formas de vida. São capturas esparsas e de pormenor, em alguns casos com versões paralelas, com dupla ou tripla, ou mesmo sêxtupla

proveniência, como nos frag. 570 e 571, daí a importância de ser dada a fonte de cada fragmento, aparte alguma exceção por lapso (cf. frag. 485, 495).

A matéria estritamente política, na concepção moderna do termo, sobre sistemas de governo ou outras formas de autoridade na cidade, mereceu pouco interesse aos que citaram as *Constituições* e não se encontra em muitos fragmentos. Mesmo assim muitos fragmentos recolhem interessantes descrições de instituições ou processos jurídico-políticas sobre diversas cidades-estado, que não se encontram em outras fontes.

Se essa informação interessa menos à história política, tem um enorme interesse para o contacto com a língua e para o conhecimento das formas de vida e da cultura gregas, ou o modo como avaliavam hábitos e formas de vida que ora podem parecer comuns a muitas cidades, ou elegantes e merecedoras de imitação, ou bizarras, ou demasiado idiossincráticas. Os exemplos são diversificados: sobre o Minotauro (frag. 485), ou a criptografia militar e a proteção dos contratos entre os itacenses (frag. 509), ou a descrição da *krypteia* dos lacedemónios (frag. 538), ou o assassinato e inumação de Hesíodo (frag. 565d), ou as variações sobre um provérbio dos Sâmios (frag. 571), ou o beijo na boca entre as mulheres em Itália, aliás relacionado com a fundação do Lazio / Roma em *Dos costumes dos povos bárbaros* (frag. 609b, p. 95), para dar apenas alguns casos da diversidade do que se encontra nos fragmentos.

E são esses, por vezes saborosíssimos, pormenores etnográficos, históricos ou literários que a tradução de António Caeiro nos oferece com mestria, para além de ter contribuído com um bom número de palavras que teve que criar por decalque sobre o grego (sobre instituições, objetos, moedas, etc.), por não existirem em português, embora haja a assinalar um caso em que dois povos-cidades diferentes, os *Keíon* e os *Kíanon*, sejam ambos designados como *Cianos* (cf. frag. 511 e 514). Há uma poética própria do fragmento, no que sugere, na abertura com que suspende as interpretações, na manifestação de um contexto que apenas podemos conjecturar e que António Caeiro sempre procura preservar na transmissão de um sentido completo que torna os fragmentos legíveis e restitui a cada um deles um interesse próprio. A este propósito, ressalvem-se algumas gralhas que não prejudicam a inteligência do texto e facilmente poderão ser corrigidas em próxima reedição.

Como foi atrás referido, na p. 12 da introdução é anunciada a próxima publicação de um volume com os fragmentos de obras perdidas sobre estética e onde se incluirão: *As vitórias píticas* (fragmentos 615-617) e *Acerca de ensinamentos para a encenação de tragédias* (fragmentos 618-650) e na n. 2, p. 10, é anunciada também a publicação dos fragmentos das obras científicas

e sobre poesia, nesta mesma editora. Esperamos com curiosidade e grande interesse a próxima publicação desses trabalhos de António Caeiro, com a tradução portuguesa de mais duas coleções de fragmentos de Aristóteles.

José Meirinhos
Departamento de Filosofia. Instituto de Filosofia
Universidade do Porto